

**Direito, Estado e inovação institucional:  
a advocacia pública como campo de produção  
do conhecimento jurídico**

O lançamento do volume inaugural da *Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí* coincide com um momento de transformação no Direito Público brasileiro. A crise das categorias clássicas, como prerrogativas, supremacia e controles, desafia a doutrina e a prática jurídicas a lidarem com uma administração pública cada vez mais permeada por questões envolvendo dados, tecnologia, governança, desenvolvimento e responsabilidade fiscal. A advocacia pública, nesse contexto, deixa de ser apenas um órgão de defesa judicial do Estado para assumir o papel de instituição responsável pela estruturação das políticas públicas e de vetor de inovação no setor público.

A atuação do procurador contemporâneo já não se limita à hermenêutica jurídica formal, mas envolve a gestão de riscos, o desenho de contratos complexos, a interlocução com poderes e entes reguladores e a tradução jurídica de decisões baseadas em evidências. O Direito Público, outrora centrado na legalidade estrita, passa a dialogar com a economia, a tecnologia, a política,

as finanças, e outras ciências, exigindo novas formas de raciocínio e de articulação interdisciplinar. O pensamento jurídico da advocacia pública, portanto, é chamado a combinar técnica normativa, método empírico e sensibilidade institucional.

Os artigos reunidos neste primeiro volume refletem esse movimento. São estudos que, sob distintos enfoques, tratam da reconfiguração contemporânea do Estado e de suas funções jurídicas: examinam os novos parâmetros da contratação pública (Lei nº 14.133/2021), as tecnologias disruptivas aplicadas à gestão pública e à tributação, como *blockchain*, *smart contracts* e *análise de redes sociais*, a efetividade tributária e os limites da analogia, bem como a interpretação e uniformização do Direito a partir da jurisprudência e dos precedentes obrigatórios. Outros textos abordam dimensões humanas e institucionais da Administração, como a saúde mental no serviço público, a responsabilidade disciplinar e seus dilemas probatórios, e recuperam a trajetória das políticas de saneamento básico como exemplo paradigmático de evolução jurídico-institucional no país.

Em conjunto, esses trabalhos revelam uma advocacia pública em transformação: comprometida com a eficiência e a integridade, mas também consciente de que a racionalidade técnica deve ser permeada pela razão pública. O jurista contemporâneo, sobretudo o advogado do Estado, já não pode restringir-se ao papel de aplicador da lei. É um intérprete ativo do processo de mudança institucional, responsável por traduzir o princípio da legalidade em linguagem de governança e inovação.

A *Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí*, ao reunir essas contribuições, propõe-se a ser mais do que um repositório de textos jurídicos: quer ser um laboratório de ideias e discussões sobre o Estado e o Direito, onde teoria e prática se encontrem sob a perspectiva da advocacia pública. O que se inaugura

aqui não é apenas um periódico, mas um espaço de reflexão contínua sobre o futuro do Direito Público, um futuro no qual a técnica jurídica e a ética republicana se unem para sustentar o desenvolvimento institucional e a confiança no Estado.

Teresina, 6 de dezembro de 2025.

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DA PGE PIAUÍ

Francisco José de Sousa Viana Filho – Presidente

Ana Cecília Elvas Bohn

Leonardo Gomes Ribeiro Gonçalves

Márcia Maria Macedo Franco

Victor Emmanuel Cordeiro Lima